



A crise entre Theodor Adorno e o movimento estudantil alemão no final dos anos 60

*Daniel Rodrigues Placido**

Resumo: Neste artigo abordaremos a crise entre Theodor Adorno e movimento estudantil alemão do final dos anos 60, crise esta que causa espanto a princípio, pois Adorno, um filósofo de influência marxista e referência para a esquerda da época, chegou a recorrer à polícia contra os estudantes. O presente artigo visa contextualizar melhor esse conflito, tanto política quanto teoricamente, e por isso vamos analisar a visão de Adorno sobre as possibilidades de emancipação; o papel de Adorno no movimento estudantil; um texto de Hans Jurgen Krahel, ex-aluno de Adorno engajado no movimento estudantil, sobre a posição político-intelectual de seu antigo mestre; e, por último, uma importante entrevista de Adorno revolvendo estes fatos e o contexto da época.

Palavras-chave: Teoria Crítica; Emancipação; Theodor Adorno; Movimento Estudantil.

The crisis between Theodor Adorno and the german student movement in the late 60s

Abstract: In this article, we will address the crisis between Theodor Adorno and the german student movement of the late 1960s, a crisis that is startling at first, as Adorno, a marxist-influenced philosopher and a reference to the left at the time, even resorted to the police against students. This article aims to better contextualize this conflict, both politically and theoretically, and that is why we will analyze Adorno's vision of the possibilities of emancipation; Adorno's role in the student movement; a text by Hans Jurgen Krahel, a former student of Adorno engaged in the student movement, on the political-intellectual position of his

* Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Email: daniel.placido@ufu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3243098455949054>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8249-569X>.

former teacher; and, finally, an important interview by Adorno revolving around these facts and the context of the time.

Keywords: Critical Theory; Emancipation; Theodor Adorno; Student Movement.

*Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de
diferentes maneiras; mas o que importa é
transformá-lo.*

(K. Marx, Onze Teses sobre Feuerbach, XI Tese,
1845)

*A filosofia não pode, por si só, recomendar medidas
ou mudanças imediatas. Ela muda precisamente na
medida em que permanece teoria... Não seria
também a teoria uma forma genuína da prática?*

(T. W. Adorno, Entrevista a Der Spiegel, 1969)

Introdução

O presente artigo partirá de um acontecimento determinado, para, em seguida, abrir um leque mais amplo de questões teóricas: no dia 31 de janeiro de 1969, policiais chegaram aos estertores do Instituto de Pesquisa Social, chamados pelo professor Theodor Adorno, junto com Von Friedeburg. Ambos, diretores do Instituto, receavam a possibilidade de atos de vandalismo estudantil, e por isso decidiram chamar a polícia após uma tentativa frustrada de conversação com um grupo formado por cerca de 76 estudantes, dispostos a ocupar o prédio do Instituto. O prédio estava sob a responsabilidade direta de seus diretores, apesar de ficar dentro do *campus* da Universidade de Frankfurt. Inexistiu violência policial contra os estudantes; atípico, possivelmente.

A princípio, um filósofo de esquerda renomado como Adorno ter recorrido ao aparato repressor policial contra estudantes rebeldes parece algo surpreendente, até inverossímil, ainda mais em um contexto de ebulição político-ideológica como aquele dos anos 60 na Alemanha, Europa e na América. As tensões não pararam nisso.

Depois, em abril do mesmo ano, uma aula de Adorno foi paralisada por uma *baderna* encabeçada por estudantes feministas da *Esquerda Estudantil Socialista* (SDS sigla de “*Sozialistischer Deutscher Studentenbund*”), com toques de “erotismo” e “imaginação política” no espírito dos anos 60.

Situação ambígua: apesar de Adorno não haver se *engajado* diretamente no movimento estudantil alemão da época, ao contrário de Marcuse e, em parte, não obstante os conflitos, Habermas, tendo apenas se manifestado em público contra as leis de emergência (maio de 1968), e esporadicamente travado diálogo com os estudantes, ele era uma fonte de inspiração teórico-política para boa parte da juventude politizada deste movimento; como Adorno admitiu, certas ideias suas e de Horkheimer penetraram verdadeiramente no âmbito da consciência pública, incluindo-se aí os estudantes. Ora, quando os jovens decidem fazer uma ocupação política na sede da Teoria Crítica, Adorno recorre aos métodos policiais para reprimi-los?

Apesar de Adorno nunca ter procurado atuar como líder político, e mesmo que as tensões estivessem relacionadas muito mais com uma facção estudantil minoritária e radical (praticamente, a *SDS*), utilizar a polícia contra os estudantes foi sem dúvida um ato problemático, sendo Adorno quem ele era e ainda mais naquele contexto de convulsão política e cultural. Estaria Adorno aqui no duro papel de Cronos às avessas, devorado por seus “filhos”? Na linha do que um conservador da época escreveu em uma carta cínica e irônica para Adorno, era uma tempestade semeada pelo próprio Adorno e pelos ventos da Teoria Crítica: ele estaria pagando por ter “envenenado” essa juventude, segundo o missivista conservador.

Para uma melhor compreensão e contextualização dessas questões todas, analisaremos no presente texto: (a) a visão de Adorno sobre as possibilidades de emancipação; (b) o papel de Adorno no movimento estudantil e sua polêmica com Marcuse a respeito disso; (c) um texto de Hans Jürgen Krahel, ex-aluno de Adorno engajado no movimento estudantil, sobre a posição político-intelectual de seu antigo mestre; (d)

uma importante entrevista de Adorno revolvendo estes fatos e o contexto da época, para confrontar seus argumentos e os de Krahel.

Consideramos que apesar da relação do Adorno com o movimento estudantil já ter sido comentada por outros pesquisadores (KONDER, 1998; LIMA; SANTOS, 2017; ESTEVES, 2019), especialmente em função da polêmica “fraticida” com Marcuse, os pontos que levantamos acima e sua articulação crítica contribuem para enxergá-la sob outros ângulos, ainda pouco explorados, e que o tema continua, portanto, sujeito à discussão e reinterpretação.

Adorno: emancipação e bloqueio

O contraste entre as duas epígrafes na introdução deste artigo é mais do que o puro contraste teórico-filosófico entre dois filósofos de esquerda como Marx e Adorno: ora, expressa também uma diferença de contexto histórico-social, de inserção em diferentes fases do desenvolvimento capitalista que, por sua vez, tem implicações teóricas para a discussão sobre emancipação e atuação social.

Na época de Marx, sendo este um revolucionário profissional e “fichado”, o *espectro do comunismo* rondava a burguesia europeia a cada momento; apesar de Marx não ter deixado nenhum programa delineado sobre como seria a revolução e quais os meios concretos para atingi-la, estava convicto de que ela estava perto, por assim dizer no *Zeitgeist*, porém descido das alturas hegelianas para se materializar nas contradições político-sociais-econômicas reais:

[...] o progresso da indústria, de que a burguesia – sem o desejar e sem opor resistência a ele – é pilar, põe no lugar do isolamento pela concorrência a união revolucionária dos trabalhadores em associações. Assim, o desenvolvimento da grande indústria tira da burguesia o próprio chão sobre o qual ela produz e se apropria de produtos. O que ela produz é, sobretudo, seu próprio coveiro. Sua derrota e a vitória do

proletariado são, ambas, inevitáveis (MARX; ENGELS, 2012, p. 58).

A Comuna de Paris e depois a vitoriosa Revolução Russa de outubro de 1917 pareciam confirmar tanto a derrocada da burguesia quanto a vitória do proletariado, em certo sentido. Em contrapartida, Adorno, junto com Horkheimer, em um momento bem posterior, foram marcados por um diagnóstico epocal em que além da transmutação do capitalismo para uma roupagem monopolista, houve a emergência da barbárie nazifascista e estalinista, não deixando muitas expectativas acerca de uma emancipação imediata, além do aburguesamento da classe operária nos países capitalistas desenvolvidos, ao conquistar direitos e um melhor padrão de vida, impossibilitando a revolução; trata-se de um diagnóstico de *bloqueio*, exigindo uma mudança teórica profunda para com o marxismo clássico (NOBRE, 2004, p. 44-47; AVRITZER, 1999, p. 169-174).

A despeito de visões mais otimistas em outros teóricos críticos, e que acabaram “marginalizadas” dentro da escola frankfurtiana, como Neumann e talvez o próprio Pollock (RODRIGUEZ, 2008; RUGITSKY, 2008), e mesmo com as mudanças conjunturais da fase pós-guerra, com toda a efervescência político-social dos anos 60 (luta dos direitos civis, luta anticolonial, movimento estudantil, oposição à guerra do Vietnã, contracultura), Adorno não enxergava nos movimentos sociais nem na conjuntura político-social mais geral uma situação real de emancipação; e, ao contrário de Habermas, não estava muito interessado na análise crítico-científica da questão universitária alemã. Isso se reflete, por exemplo, em uma obra como *Minima Moralia*, escrita a partir de 1944 e publicada em 1951, a qual contém reflexões que vão do cinema e da literatura ao fascismo, e que contém uma constatação pouco otimista sobre a sociedade da época e particularmente o movimento operário:

A decadência do movimento operário revela-se no optimismo oficial dos seus militantes. Parece aumentar com a firme consolidação do mundo capitalista. Os iniciadores nunca tiveram o seu êxito

por garantido; por isso, durante toda a sua vida, não disseram inconveniências às organizações operárias. Hoje, visto que a posição do adversário e o seu poder sobre a consciência das massas se fortaleceram infinitamente, considera-se reaccionária toda a tentativa de, pela denúncia da cumplicidade, modificar precipitadamente essa consciência. Todo aquele que combina a crítica do capitalismo com a crítica do proletariado – a qual reflecte cada vez mais as tendências evolutivas do capitalismo –, torna-se suspeito. É interdito o elemento negativo do pensamento, quando se sai das fronteiras de classe. [...] Todavia, quanto mais se esvai a expectativa racional de que o destino da sociedade tome realmente outro rumo, com tanto maior fervor repetem os velhos termos de massa, solidariedade, partido, luta de classes. Quando, entre os militantes da plataforma de esquerda, já não persiste nenhuma concepção crítica da economia política; quando os seus jornais proclamam diariamente, sem a menor suspeita, teses que sobrepujam todo o revisionismo, mas nada significam e, por revogação, se podem substituir no dia seguinte por outras contrárias, os ouvidos dos fiéis a esta linha mostram a sua subtileza musical, logo que se trate da mais leve falta de respeito para com as alienadas palavras de ordem da teoria (ADORNO, 2001, p. 104-155).

Adorno, apesar do pessimismo de sua postura, apostava na arte vanguardista, na teoria estética e filosofia especulativa da *Dialética Negativa* como possíveis alternativas. Escreve ele na abertura da *Dialética Negativa*, obra de 1966, sobre a relação entre teoria e práxis:

A filosofia, que um dia pareceu ultrapassada, mantém-se viva porque se perdeu o instante de sua realização. O juízo sumário de que ela simplesmente interpretou o mundo e é ao mesmo tempo deformada em si pela resignação diante da realidade torna-se um derrotismo da razão depois que a transformação do mundo fracassa. Essa transformação não garante nenhum lugar a partir do qual a teoria como tal

pudesse ser acusada concretamente de ser anacrônica – algo de que, agora como antes, ela continua sendo suspeita. Talvez não tenha sido suficiente a interpretação que prometia a transição prática. O instante do qual depende a crítica da teoria não se deixa prolongar teoricamente. A práxis, adiada por um tempo indeterminado, não é mais a instância de apelação contra a especulação satisfeita consigo mesma. Ao contrário, ela se mostra na maioria das vezes como o pretexto para que os executores estrangulem como vão o pensamento crítico do qual carecia a práxis transformadora. Depois de quebrar a promessa de coincidir com a realidade ou ao menos de permanecer imediatamente diante de sua produção, a filosofia se viu obrigada a criticar a si mesma sem piedade (ADORNO, 2009, p. 11).

Em evidente alusão à décima primeira tese de Marx contra Feuerbach, Adorno considera que se transformação da realidade não era possível de forma imediata naquele contexto, a teoria permanecia como arma crítica cujos frutos práticos, contudo, só poderão ser colhidos mais tarde, tendo antes a teoria uma atuação subterrânea no campo da consciência coletiva à qual não pode renunciar.

Em um texto de 1969, ano de sua morte, Adorno volta ao tema da relação entre teoria e práxis:

Se teoria e práxis não são nem imediatamente o mesmo, nem absolutamente distintas, então sua relação é de descontinuidade. Não há uma senda contínua que conduza da práxis à teoria – isso é o que se quer dizer por momento espontâneo nas considerações que seguem. Mas a teoria pertence ao contexto geral da sociedade e é, ao mesmo tempo, autônoma. Apesar disto, nem a práxis transcorre independentemente da teoria, nem esta é independente daquela. Se a práxis fosse o critério da teoria, converter-se-ia, por amor ao 'thema probandum', no embuste denunciado por Marx e, por causa disso, não poderia alcançar o que pretende; se a práxis se regesse simplesmente pelas indicações da teoria, endurecer-se-ia doutrinariamente e, além disso, falsearia a teoria [...] O dogma da unidade entre teoria e práxis é, em oposição à

doutrina a que se reporta, adialético: ele capta simples identidade ali onde só a contradição tem chance de ser frutífera. Embora a teoria não possa ser arrancada do conjunto do processo social, também tem independência dentro do mesmo; ela não é somente meio do todo, mas também momento; não fosse assim, não seria capaz de resistir ao fascínio do todo. A relação entre teoria e práxis, uma vez distanciadas uma da outra, é a da virada qualitativa, não a da transição, muito menos a da subordinação. Elas estão em relação de polaridade entre si (ADORNO, 2019).

Portanto, não se pode dizer a princípio que Adorno abandonou a perspectiva emancipatória nem a questão da práxis em nome de um teoricismo abstrato, ainda que concebesse a práxis de forma bastante complexa em sua relação com a teoria. Como diz R. Wiggershaus, *“tendemos a subestimar quanta militância, no sentido de Adorno, está contida em sua tomada de posição a favor da teoria e da arte, ambas compreensíveis num sentido específico...”* (WIGGERSHAUS, 2003, p. 55).

Contudo, sob outra ótica, é igualmente legítimo perguntar: não teria Adorno desta forma *regredido* à teoria tradicional, e ficado míope teoricamente acerca das condições histórico-sociais concretas, como queria H.-J. Krahel (principal teórico do grupo SDS)? Teria ficado encastelado na *torre de marfim*, “surdo” ao som dos rufos dos tambores “revolucionários” estudantis, percorrendo a Alemanha ocidental, o restante da Europa e o mundo? Ou a “torre de marfim” era antes realismo sábio contra o pragmatismo cego da juventude militante? É necessário delinear melhor este quadro, antes de mais nada.

O Movimento estudantil alemão dos anos 1965-1969 e sua relação com Adorno

Interessar-nos-á aqui a relação particular entre Adorno e o movimento estudantil alemão, e como não poderemos fazer neste momento uma análise completa do desenvolvimento de todo o movimento

entre 1965-1969, sugerimos a respeito o texto R. Wiggershaus (WIGGERSHAUS, 2002).

Resumidamente, em julho de 1967, Adorno recusou transformar sua comunicação sobre a *Ifigênia* de Goethe, na Universidade Livre de Berlim, em um debate político, conforme queria a SDS, e no final deste evento uma estudante quis presentear, ironicamente, a Adorno com um urso de pelúcia *Teddy*, apelido íntimo do filósofo.

Dois dias depois, Adorno participou de uma reunião fechada com a SDS, pois não queria ser visto como “mentor” do movimento. Pouco tempo antes disso, Adorno havia se recusado a fazer um relatório sobre o processo contra o grupo Comuna I – que tinha feito uma sátira de humor negro, porém tomada como incitação ao terrorismo –, e esta recusa fez com que o SDS berlinense soltasse um panfleto irônico, pois os filosofemas adornianos inspiravam desespero. As tensões cresciam.

Em abril de 1968, Adorno participou do Congresso dos Sociólogos em Frankfurt, e não ofereceu ali muitos e empolgados acenos para o papel do movimento em meio às suas análises pessimistas sobre o capitalismo vigente. Em maio do mesmo ano, Adorno falaria a favor da oposição contra a aprovação das leis de emergência, vendo nestas a legalização de um processo de esvaziamento da democracia em curso na República Federal da Alemanha. Em 1969, ocorreram os fatos que já mencionamos; e neste mesmo ano Adorno faleceria.

Em 5 de maio de 1969, poucos meses após a tentativa de ocupação estudantil do Instituto de Pesquisa Social, Adorno escrevia em uma carta para Marcuse (ADORNO; MARCUSE, 1997):

[...] não se deve caluniar abstratamente a polícia. Só posso repetir-te que ela tratou os estudantes de maneira incomparavelmente mais tolerante do que estes a mim... o sr. Cohn-Bendit disse-me... que eu só teria o direito de procurar a polícia se alguém quisesse espancar-me a pauladas; respondi que então fosse tarde demais... Os estudantes tinham a intenção... de ‘ocupar, de maneira diferente’ o Instituto... no que isso daria, com pichações e tudo o mais, pode-se imaginar... A exigência que os estudantes me

lançaram recentemente – fazer autocrítica pública –, considero-a puro stalinismo... Também concordaria contigo que há momentos em que a teoria é impulsionada pela prática. No entanto, hoje nem uma tal situação domina objetivamente, nem o praticismo monótono e brutal, com que em todo caso nos encontramos confrontados aqui, tem qualquer coisa a ver com a teoria... Reclamas da expressão de Jürgen [Habermas], ‘fascismo de esquerda’, como ‘*contradictio in adjecto*’ como se um movimento, em virtude de suas antinomias imanentes, não pudesse transformar-se em seu contrário. Parece-me não haver dúvidas de que o movimento estudantil, na sua atual configuração, e na verdade de imediato, desemboca justamente na tecnocratização da Universidade, a qual quer supostamente impedir. Parece-me igualmente inquestionável que atitudes como as que tive de observar... possuem realmente algo daquela violência sem conceito que uma vez pertenceu ao fascismo.

Nesse trecho, Adorno, em um tom um tanto triste, contrasta o comportamento ameno da polícia, da qual seria esperada a princípio a violência, com a truculência dos estudantes; em seguida, ironiza a fala do líder estudantil francês Daniel Cohn-Bendit, pois é melhor pedir ajuda da polícia antes de uma agressão do que depois dela, especialmente se você é o possível alvo; Adorno assevera que os estudantes poderiam ocupar o Instituto sem destruí-lo, mas visivelmente não era o caso e era preciso tomar uma atitude contundente; ironiza o pedido de “autocrítica” exigida pelos estudantes, prática autoritária típica do comunismo de linha bolchevique ou estalinista; menciona algo que retomará depois, o quanto a prática dos estudantes estava carente de uma base teórica objetiva, calcada na realidade, o que só poderia resultar em ações cegas e inúteis; comenta a expressão usada por Habermas, “fascismo de esquerda”, para se referir à postura dos estudantes, alegando que mesmo um movimento de esquerda pode se tornar seu oposto, fascista; que os estudantes, a despeito da sua crítica à tecnização da universidade, agem de forma tecnocrática ou

burocrática; e termina novamente comparando os estudantes com o fascismo, ou seja, a violência voluntarista isenta de lastro teórico.

Em sua resposta de 4 de junho, H. Marcuse disse a Adorno que (ADORNO; MARCUSE, 1997):

[...] devemos hoje escrever e agir diferentemente dos anos 30. Até mesmo a incólume teoria não está imune à realidade. Tão falso quanto negar a diferença entre ambas (como tu com razão censuras aos estudantes) é manter abstratamente a diferença na sua antiga configuração, quando a realidade na qual a teoria e prática se incluem (ou se distanciam) se modifica. De fato, não se deve ‘caluniar abstratamente’ a polícia... [Mas] em determinadas situações, a ocupações de prédios e a interrupção de aulas são atos legítimos de protesto político... Passemos ao ‘fascismo de esquerda’: não esqueci evidentemente que há ‘contradictiones’ dialéticas – mas também não esqueci que nem todas as ‘contradictiones’ são dialéticas –, muitas são simplesmente falsas. A esquerda (autêntica) não pode, ‘em virtude de suas antinomias imanentes’, transformar-se na direita, sem mudar essencialmente sua base social e seu objetivo. No movimento estudantil nada indica uma mudança desse tipo.

Marcuse considera que a conjuntura dos anos 60 é muito diferente daquela dos anos 30, e que a teoria pode ser impulsionada e desenvolvida pelas mudanças da realidade; existe uma dialética entre teoria e práxis. Pondera que se nem sempre a política age com violência, por outro lado, os protestos, ocupações e manifestações estudantis são legítimas e necessárias. Em seguida, analisa a questão da expressão “fascismo de esquerda”, insistindo que a esquerda não pode virar à direita porquanto suas bases sociais são distintas, e o movimento estudantil continuava ligado aos excluídos, não à burguesia, portanto, continuava no âmbito da esquerda.

Tema relacionadas com essas cartas trocadas em 1969 já apareceram em correspondência anterior entre Adorno e Marcuse, e este último, aliás, não estava alheio ao contexto geral do que ocorria dentro do movimento estudantil alemão. Marcuse, em julho de 1967, participou de

um congresso organizado pelo grupo SDS, tendo proferido as conferências “*Das Ende der Utopie*” (O fim da utopia) e “*Das Problem der Gewalt in der Opposition*” (O problema do recurso à violência na oposição), além de ter participado ali de debates sobre moral, política e a questão da guerra do Vietnã (ESTEVEES, 2019, p. 17).

Não obstante, Marcuse não parecia avaliar com clareza a situação específica em que Adorno, e não ele, estava diretamente envolvido. Não *poderiam* as constantes provocações e zombarias estudantis de que Adorno era alvo, a qualquer momento evoluírem para algo mais violento e ensandecido? Se por um lado é perfeitamente legítima uma discussão sobre o papel social da ciência e da universidade, não *poderia* a teoria das “zonas de influência” ser usada ocupar a universidade e a teoria de superação revolucionária da ciência burguesa, defendidas por Krahel e a SDS de Frankfurt, *na prática, caso viabilizadas*, acabarem sendo não muito diferente de um controle fascista sobre a liberdade intelectual-universitária, refém de um pequeno grupo militante em sua estreiteza ideológica?

Quando critica a ideia da suposta contradição da expressão “fascismo de esquerda”, porquanto o fascismo é por natureza de direita, Marcuse parece esquecer, contudo, o quanto o radicalismo de esquerda pode às vezes ser próximo do da direita, ao menos nos métodos sectários e resultados autoritários, e não é necessário mudar de base social para isso acontecer; ora, o próprio Adorno lembrava na sua carta supracitada que a *tortura chinesa* praticada pelos vietcongues não era menos censurável do que a *napalm* dos EUA. Os vietcongues eram excluídos e oprimidos pelo imperialismo dos EUA, mas isso legitima o uso da tortura contra este?

Para concluir esta parte, como argumentam Bruna Della Torre de Carvalho Lima e Eduardo Altheman Camargo Santos (2017), é preciso também considerar que a oposição entre os dois filósofos frankfurtianos era menos radical do que apenas essas cartas de 1969, sugerindo uma ruptura definitiva entre eles, deixam entrever. Por exemplo, Marcuse, em sua conferência sobre o fim da utopia de 1967 para a SDS, tinha deixado claro que não acreditava que o movimento estudantil era propriamente um agente revolucionário, tampouco que ele poderia substituir o proletariado, mas o via como um catalisador – Adorno era cético sobre isto – de uma

práxis futura que, esta sim, seria revolucionária. Adorno e Marcuse não discordavam, contudo, que a práxis estava bloqueada naquela conjuntura histórica devido sobretudo à integração da classe trabalhadora (LIMA; SANTOS, 2017, p. 46-51). Marcuse, mais matizado pela sua experiência específica do movimento estudantil dos EUA do que o da França ou Alemanha ocidental, também percebia riscos em posturas anti-intelectualistas presentes nesses movimentos e na nova esquerda em geral, assim como não negava que o intelectual continuava a ter um papel transformador, sem cair, portanto, no puro praticismo como a imagem de “guru da contracultura” poderia sugerir (LIMA; SANTOS, 2017, p. 54).

Hans-J. Krah: Adorno e a “retradicionalização” da teoria

Retomaremos nesta parte do texto, de forma sintética, algumas teses contundentes de um texto curto e denso de Hans-Jürgen Krah (2009), cuja data de redação foi em 1969, tendo Krah morrido pouco tempo depois, em um acidente. Na realidade, o texto expressa o ponto de vista da ala radical da SDS, e pretende ser uma análise mais geral da postura político-intelectual de Adorno.

Krah começa seu texto com a seguinte afirmação: toda biografia intelectual de Adorno foi marcada, traumática e indelevelmente, pelo fascismo. Isso teria levado Adorno a assumir constantemente a condição do imigrante, do sujeito marcado pelo isolamento imposto pelas leis de produção do trabalho abstrato, o que, por sua vez, geraria em Adorno uma incapacidade crônica de transformar sua dor privada pelos oprimidos numa organização concreta e programática da teoria em sua defesa (KRAHL, 2009).

A pressentir a sobrevivência escamoteada do nazifascismo na democracia capitalista, e a reear a estabilização fascista do capital monopolista, Adorno teria, segundo Krah (2009), caído no *pânico indiscriminado* contra as formas de resistência a este sistema; ou seja, receando que uma ação socialista de esquerda libertasse, por assim dizer, o *Mefistofiles* do terror fascista de direita, dessa forma acabou renunciando

dogmaticamente a todo e qualquer ativismo – interpretado “a priori” como cego e perigoso –, sem discernir claramente entre as formas patológicas de práxis dos movimentos pré-revolucionários e as formas legítimas (KRAHL, 2009).

Ademais, segundo Krah, ao contrário da França, faltavam aos meios proletários e político-intelectuais alemães as premissas históricas de uma tradição experimental da resistência violenta, e de uma discussão sobre sua legitimidade. Assim, para Krah (2009),

Por muito que Adorno visse na ideologia burguesa da busca desinteressada da verdade um reflexo do intercâmbio de mercadorias, não podia menos que desconfiar de qualquer indício de luta de tendências políticas no diálogo científico.

Enquanto denunciava o “objetivismo” burguês-positivista, Adorno era incapaz de levar o pensamento para uma transformação prática da realidade social, tarefa inexecutável sem uma determinação categorial-organizativa e de seu explícito comprometimento dinâmico-teórico com a classe dominada (o que, inclusive, diferenciaria a teoria crítica da teoria tradicional). Assim, por uma perda de vista da negação histórico-dialética e por um *déficit* teórico objetivo, ao mesmo tempo em que fixava a práxis social como centro cognitivo-crítico da teoria crítico-social, Adorno acabara politicamente imobilizado e “cúmplice” dos poderes dominantes.

Krah, naturalmente, reconhece: a reflexão adorniana e seu instrumental de categorias emancipadoras (contrastando com a mumificação teórico-dogmática do marxismo soviético) como reificação, fetichismo, segunda natureza e outras, assim como o desmascaramento crítico-filosófico que realizou das ideologias da ontologia fundamental do Ser e da faticidade positivista como categorias de dominação da esfera de circulação capitalista, foram importantes para os estudantes. Não obstante, Adorno permaneceu cego quanto às possibilidades da *práxis* libertadora, mantendo-se ancorado – resquício de radicalismo burguês – em uma visão no terrível passado (2009).

Segundo ainda Krah, a negação adorniana da sociedade tardo-capitalista continuou abstrata, sem uma *determinação da negação*

determinada – própria da dialética marxista-hegeliana – e a *Dialética negativa* adorniana suprimiu de seu horizonte o conceito de práxis do materialismo histórico em função da transformação social de suas determinações históricas, perdendo-se a noção da luta de classes e tudo que ela implica; cada vez mais a visão concreto-social da história postulada outrora por Adorno (e Horkheimer), marcada pela destruição do movimento operário sob a égide fascista e sua ulterior assimilação capitalista na reconstrução do após-guerra, ficou parecendo-se demasiado com a historicidade acríica e transcendental de Heidegger, quando inicialmente pretendia se diferenciar desta; mesmo que no último Congresso de sociologia Adorno tivesse consentido no tocante à validade de certos elementos basilares da ortodoxia marxista, como a ideia da fundação da dominação política sobre a exploração do trabalho assalariado e da organização das forças produtivas a partir das relações capitalistas de produção, já havia perdido, por assim dizer, o fio histórico-material em sua teoria (2009).

Então, para Krahel (2009), em uma conclusão,

Esse crescente processo de abstração com respeito à práxis histórica resultou numa transformação regressiva da teoria crítica de Adorno, reduzindo-a às formas contemplativas, a duras penas ainda legitimáveis, da teoria tradicional.

Adorno: entrevista de 1969, *Der Spiegel*

Como uma espécie de resposta indireta aos argumentos de Krahel, iremos comentar trechos de uma entrevista de Adorno (ADORNO, 2003), publicada na revista alemã *Der Spiegel* em 1969, citada também numa carta de Marcuse de junho do mesmo ano. Ela pode ser considerada uma *réplica* ao conteúdo essencial dos argumentos de H.-J. Krahel e do SDS contra a posição de Adorno. Separamos os argumentos em tópicos para facilitar a análise em curso.

(I) Inquirido sobre o fim da sua harmonia com os estudantes, Adorno diz que seus escritos (ADORNO, 2003, p. 132) não eram um

modelo para condutas ou ações políticas de ninguém. Afirmou que seu pensamento sempre foi mediatamente ligado à prática, e que não aceitou a pressão, algo comum em grupos estudantis, para se engajar; reclama da bagunça que uma minoria fez em sua aula.

(II) Sobre como concebia a mediação entre teoria e prática, Adorno afirma que não tem medo da expressão “torre de marfim”, pois uma teoria pode resultar em algo prático a partir do momento em que é objetiva, e não quando primeiro se coloca como algo prático sem o devido aporte teórico. A teoria estaria sendo submetida aos ditames pragmáticos, por exemplo, é proibido criticar o caráter ilusório de certas propostas estudantis. Adorno considera, ainda, que a filosofia deve introduzir a reflexão, e não um modelo de ação, pois ela não pode recomendar sozinho mudanças imediatas: “Ela muda precisamente na medida em que permanece teoria... Não seria também a teoria uma forma genuína da prática?” (ADORNO, 2003, p. 136).

(III) Sobre até que ponto seu pensamento (com o de Horkheimer) influenciou a sociedade da época, Adorno acredita que a crítica à manipulação da opinião pública foi inspirada no conceito de indústria cultural, desenvolvido em obras como *Dialética do Esclarecimento*, que após vinte anos ensinando e escrevendo, isso influencia a consciência geral, e que, na história, obras apenas teóricas acabaram, depois, mudando a consciência e a realidade social (ADORNO, 2003, p. 133).

(IV) Sobre o seu alegado “pessimismo” e a acusação de impotência prática, Adorno diz que não há como não ser pessimista no mundo em que vivemos, mas que isso ainda é melhor do que o otimismo ingênuo da ação direta, mais um alívio psicológico do que uma real possibilidade de mudança das coisas (ADORNO, 2003, p. 134).

(V) Sobre o real significado do movimento estudantil alemão, Adorno sustenta que a reforma universitária começou com eles, assim como a investigação da morte do estudante Benno Ohnesorg, que atingiu a consciência. Adorno diz que não está fechado a consequências práticas, quando são transparentes, e por isso participou de manifestações contra as leis de emergência, mas que isso é diferente de jogar pedras em institutos insanos. Ele acrescenta ter reservas ao uso da violência, mesmo contra a violência, as quais observou no tempo de Hitler e Stálin, ainda que no caso

de uma ditadura como a da Grécia, não haveria outro caminho senão o da ação (ADORNO, 2003, p. 164).

Confrontando Krahel e Adorno

Confrontaremos doravante as afirmações adornianas nessa entrevista importante com os argumentos anteriores de Krahel. Podemos perceber que, apesar da experiência do fascismo ter marcado indelevelmente a Adorno, levando-o a uma ojeriza contra as formas violentas de engajamento político (mas não *a priori* contra qualquer engajamento), fica claro que Krahel, envolvido com o movimento estudantil alemão, não percebia com o devido *distanciamento* as tendências cripto-fascistas e irracionais presentes neste, as quais estão longe de ser estranhas à *tradição* da esquerda, seja marxista, seja libertária.

E o maior sinal da clareza da perspectiva adorniana: o próprio Krahel admitiu que a influência teórico-crítica penetrou nos estudantes politizados, que foi relevante para estes – provando a pertinência do que Adorno pressupunha, a saber, que o trabalho teórico-crítico poderia penetrar, em longo prazo, nas consciências, e assim ter um efeito prático real. Já Adorno, por seu lado, assumiu que nunca foi um ativista político *stricto sensu*, e sim um homem teórico, e que o papel crítico-social da teoria de modo algum implica em assumir modelos ou agendas políticas de como se deveria intervir imediatamente.

Krahel acusou Adorno de se manter preso a um individualismo burguês, incapaz de organização e atuação prático-coletiva, mas este argumento pode ser desmontado, quando pensamos que Adorno, ao dizer que não aceitou se submeter aos ditames do movimento, e que neste havia sinais de uma minoria coagindo aos demais, não é essa a postura de um teórico aburguesado, e sim a de um pensador lúcido, capaz de perceber na própria esquerda gérmen do fascismo, de uma coação de grupo, da imposição dogmática de uma ideologia, da esquizofrenia militante que leva amiúde a tomar como “traidora” toda discordância, e não aceitar qualquer levante da consciência individual contra os coletivismos arbitrários.

Krahl sustentou também que Adorno caiu no “abstrato” (no sentido dialético-hegeliano), mas por outro lado, é justamente este mesmo pensamento totalizante e dialético (que Schelling e Nietzsche já denunciavam), que vai de Hegel até Stálin, passando por Engels, que perdeu de vista as pessoas reais, a começar no próprio movimento político e social. Krahl – como muitos teóricos socialistas – fala em “classe oprimida”, “processos históricos”, “movimento” etc., mas parece não ver que todas estas categorias *abstratas* só têm expressão real se, antes de tudo, percebemos que são compostas de indivíduos reais, cheios contradições, de subjetividade e vontade inexpugnáveis, e assim acaba talvez *por subestimar* o papel da própria consciência e do sujeito em todos estes processos, de um lado, e *por subestimar* o quadro histórico-social, do outro, ao *não ver* as condições objetivas reais; o problema do “voluntarismo” de Krahl é que partia do sujeito abstratamente pintado em um quadro coletivo, e ainda tinha uma visão errônea deste quadro. Quando o dogmatismo e o voluntarismo militantes entram em cena, toda recusa em se ir com a massa alucinada é tomada rapidamente como “revisonismo”, “entreguismo”, “direitismo”, “peleguismo” etc.

Adorno era, sim, um crítico do individualismo burguês, porque justamente esse era tão padronizador e caricato quanto o totalitarismo fascista e estalinista, submetendo o indivíduo aos ditames do consumismo e da indústria cultural, mas percebemos em sua postura lúcida um vislumbre de individualidade; longe de mero comodismo de teórico burguês-preguiçoso em cátedra, mas uma questão de responsabilidade, pois seria bem mais fácil dizer apenas o que os militantes de plantão queriam ouvir para ganhar sua simpatia. Isso não quer dizer que com isso estejamos negando a possibilidade de críticas corretas às teses e posturas assumidas por Adorno, como, por exemplo, quando quase identifica democracia liberal e totalitarismo, sem perder de vista o papel crítico da teoria.

Conclusão

Para concluir, apresentamos neste artigo, dentro do seu contexto histórico e político, a posição político-teórica de Adorno no final dos anos

60, assim como a de seus principais interlocutores crítico, e avaliamos como coerente e sóbria sua independência frente aos radicalismos ingênuos do movimento estudantil alemão da época. Consideramos que, longe de reacionarismo ou miopia políticas que uma análise apressada dos textos e fatos sugere, a atitude de Adorno foi tanto madura quanto lastreada do ponto de vista teórico-filosófico, e em nada comprometeu seu viés emancipatório-crítico.

O caso da relação tensa de Adorno com o movimento estudantil alemão dos anos 60 e com teóricos relevantes como Marcuse e Krahel, ainda que datado à luz de um contexto histórico e social que desapareceu, leva-nos, não obstante, a pensar sobre democracia e deliberação, em primeira instância, nos movimentos e grupos de esquerda, que amiúde se colocam no papel de vanguarda e de paladinos da democracia, e onde o pragmatismo costuma andar sem o suporte da teoria, assim como a pesar sobre o papel crítico do intelectual de esquerda em sua relação com os movimentos políticos e sociais. Mas essas já são discussões para outros textos.

Referências

- ADORNO, Theodor W. A filosofia muda o mundo ao manter-se como teoria. [Entrevista concedida à *Der Spiegel*]. *Lua Nova*, São Paulo, n. 60, p. 131-138, 2003. Trad. Gabriel Cohn. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000300008>. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/adorno-entrevista.pdf.
- ADORNO, Theodor W. Notas marginais sobre teoria e prática. *Marxists* [online], 16 de nov. 2018. 2018. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/adorno_notas_marginais.pdf.
- ADORNO, Theodor W. *Minima moralia*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- ADORNO, Theodor W. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- ADORNO, Theodor W. Adorno & Marcuse, Herbert. Cartas maio e junho de 1969. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 de agosto de 1997. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs240818.htm>.

AVRITZER, Leonardo. Teoria crítica e teoria democrática: do diagnóstico da impossibilidade da democracia ao conceito da esfera pública. *Novos estudos/Cebrap*, v. 1, n. 53, p. 167-188, 1999.

HORKHEIMER, Max. Teoria crítica e teoria tradicional. In: BENJAMIN, Walter *et al. Textos escolhidos*. São Paulo: Abril cultural, 1983. p. 117-154.

ESTEVES, Anderson A. Catálise para mudança social qualitativa ou efeito descivilizador? O estatuto dos movimentos estudantil e extraparlamentar em Herbert Marcuse e Norbert Elias. *Kínesis*, Marília, v. 11, n. 28, p. 15-37, 2019. DOI: <https://doi.org/10.36311/1984-8900.2019.v11.n28.03.p15>.

KONDER, Leandro. Marcuse, revolucionário. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 15-28, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73311998000100002>.

KRAHL, Hans-Jürgen. La contradicción política de la Teoría Crítica de Adorno. *Sinpermiso* [online], 13 de set. 2009. 2009. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/la-contradiccion-politica-de-la-teoria-critica-de-adorno>.

LIMA, Bruna Della Torre de Carvalho; SANTOS, Eduardo Altheman Camargo. Em rota de colisão: Adorno, Marcuse e os Movimentos Estudantis. *Ideias*, Campinas, v. 7 n. 2, p. 37-58, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20396/ideias.v7i2.8649495>.

NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v5i1.9647>.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. Franz Neumann: o direito liberal para além de si mesmo. In: NOBRE, Marcos (Org.). *Curso livre de teoria crítica*. Campinas: Papirus, 2008. p. 97-114.

RUGITSKY, Fernando. F. Pollock: limites e possibilidades. In: NOBRE, Marcos (Org.). *Curso livre de teoria crítica*. Campinas: Papirus, 2008. p. 53-72.

WIGGERSHAUS, Rolf. *A escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. São Paulo: Difel, 2002.

WIGGERSHAUS, Rolf. O cortante se transforma em estímulo. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 155, p. 55-66, 2003.

Data de registro: 15/10/2021

Data de aceite: 18/03/2022